



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
2 de julho de 2024

Ata da Ducentésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dois do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora JanadValcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Gutierrez Torquato, Moisesmar Marinho, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada JanadValcari. O Senhor Deputado Amélio Cayres, Presidente da Assembleia Legislativa, está no exercício do cargo de Governador do Estado. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gipão, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Nilton Franco, Olytnho Neto e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 34/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 15, de 24 de junho de 2024, que “altera a Lei número 3.665, de 12 de maio de 2020, que institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins-Fdesto, e adota outras providências”; Mensagem número 36/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 16, de 25 de junho de 2024, que “altera a Lei número 1.664, de 22 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e adota outras providências”; Mensagem número 37/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando, a Medida Provisória número 17, de 26 de junho de 2024, que “altera a Lei Estadual número 3.736, de 18 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-TO, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 810/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora JanadValcari, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Videira de Palmas”; Projeto de Lei número 811/2024, de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho, que “autoriza o Poder Executivo Estadual do Tocantins a promover a política pública de implantação e instalação gratuita de Energia Fotovoltaica Social TO, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 812/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “estabelece princípios e diretrizes para implementação e o uso da inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta”; Projeto de Lei número 813/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Educacional Adonai”; Projeto de Lei número 814/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre a criação da Política Estadual de Enfrentamento da Dor Crônica”; Projeto de Lei número 815/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “autoriza o Poder Executivo a criar bolsas nas universidades públicas e privadas destinadas a pessoas com deficiência que cursarem cursos de formação profissional para trabalho com pessoas com deficiência”; Projeto de Lei número 816/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre diretrizes para a assistência e proteção jurídica, psicológica e socioeconômica às mães de crianças e adolescentes que sejam vítimas de abuso sexual no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 817/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhor Márcio Pinheiro Rodrigues”; Projeto de Lei número 818/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “atribui nome à TO-247, em toda a sua extensão de Rodovia Professora Maria Rosa Castro Sales”; Projeto de Lei número 819/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública a Associação das Mulheres Agricultoras da Agrotins e Entorno, de Base na Agricultura Familiar- Amea”; Projeto de Lei número 820/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Marcino Pereira Lima”; Projeto de Lei número 821/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a proibição à diferenciação na definição do prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos entre os pacientes cobertos por planos ou seguros privados de assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios”; Projeto de Lei número 822/2024, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cristã Comitiva Esperança- ACCE, no município de Palmas-TO”; Projeto de Lei número 824/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Abordagem do Cooperativismo nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

825/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “declara de Utilidade Pública a entidade Pae Benedito de Aruanda”; Projeto de Lei número 826/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “institui a Semana Estadual de Conscientização e Incentivo à Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 827/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “institui a Semana de Conscientização e Prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores por crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Requerimento número 630, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, requerendo, nos termos do art. 231, III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, licença para tratar de interesse particular, pelo prazo de cento e vinte dias, contados a partir da presente data; Ofício número 60/2024, oriundo do Gabinete do Comandante-Geral da PM-TO, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes; e Ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros a diversos convênios. **Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 828, 829 e 830/2024, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira; e os Requerimentos que receberam os**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

números 631 a 641. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Logo após, o Senhor Presidente por falta de quórum, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e quarenta e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário